

A influencia de fatores economicos para o posicionamento de partidos no Brasil.

Vieira Soraia y Coelho Farias de Souza André Luiz.

Cita:

Vieira Soraia y Coelho Farias de Souza André Luiz (2010). *A influencia de fatores economicos para o posicionamento de partidos no Brasil*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/878>

A Influência dos Fatores Econômicos para o Posicionamento dos Partidos no Brasil

Soraia Marcelino

svieira@iuperj.br

Estudante de doutorado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

André Luiz Coelho

alcoelho@iuperj.br

Estudante de doutorado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Abstract

O objetivo deste artigo é analisar, via revisão bibliográfica, a trajetória do posicionamento ideológico dos legisladores de dois dos principais partidos políticos brasileiros, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir de dos constrangimentos macroeconômicos. Esses partidos foram escolhidos pela importância de suas trajetórias na vida política brasileira nos últimos vinte anos e por se auto-declararem de esquerda. Estiveram bem próximos durante a década de 1980 e início dos anos 1990, porém se afastaram a partir da eleição de 1994, quando PSDB assumiu o governo e PT a liderança da oposição, quadro que se inverteu a partir da eleição de 2002, quando o PT assumiu a Presidência.

Trabalho preparado para apresentação no V Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (Alacip) Buenos Aires, 28 a 30 de julho de 2010.

Área Temática: Política Comparada

Subárea: Partidos y Sistemas de Partidos

Introdução

O objetivo desse paper é realizar uma breve análise histórica da polarização política no Brasil a partir dos anos 1990, baseada numa revisão bibliográfica. Para tal, relacionaremos o processo de implementação das reformas de mercado e suas posteriores implicações à oscilação na polarização das principais forças políticas no país. Também aqui lançamos mão de alguns conceitos oriundos da literatura norte-americana sobre o tema, tendo em vista sua utilidade teórica como bons instrumentos para pensar os casos sul-americanos.

Desse modo, retomamos a discussão de Layman, Carsey e Horowitz (2006), os quais defendem que nos períodos de “deslocamento do conflito”, novas questões emergem e substituem as anteriores, caracterizando o chamado “realinhamento partidário” nos Estados Unidos. Procurando transplantar esse arcabouço teórico para a América do Sul, mais especificamente para o caso do Brasil, uma das possíveis hipóteses deste trabalho indica a ocorrência de um possível realinhamento partidário no final da década de 1980 e início da década de 1990, representado na nova configuração da direita na região, que tomou como seu principal objetivo a implementação de um amplo espectro de reformas políticas e econômicas de cunho neoliberal.

Essa nova dinâmica de oposição esquerda-direita mostrou-se distinta da que ocorreu no passado recente da região, cujo principal tema de disputa ideológica dos últimos 50 anos teria se concentrado na polarização ideológica socialismo *versus* capitalismo ou alinhamento aos EUA *versus* alinhamento à antiga URSS. Nesse novo cenário, o principal tema de diferenciação entre as duas correntes - a intervenção do Estado na política e na economia - não constituía uma questão importante nas décadas anteriores, já que tanto a oposição como os governos militares defenderam no passado a ampla participação do Estado na gerência da economia e da política.

Nessa proposta o foco é o posicionamento ideológico dos legisladores (elite política) do PT e do PSDB à luz dos constrangimentos macroeconômicos. Esses partidos foram escolhidos por estarem entre os partidos brasileiros mais importantes do período posterior à reforma de 1979, por reclamarem desde a fundação o pertencimento à esquerda e por apresentarem uma interessante trajetória de posicionamento. PT e PSDB estiveram bem próximos durante a década de 1980 e início da década de 1990, e se afastaram a partir da eleição presidencial de 1994, quando um passou a ser situação

(PSDB) e o outro oposição (PT), quadro que se inverteu a partir da eleição de 2002, quando o PT assumiu a Presidência da República.

A importância da macroeconomia para o posicionamento ideológico dos partidos

A fim de contextualizar o enfoque pretendido nesse trabalho é necessário ter um breve conhecimento sobre o debate acerca das relações entre governo e economia. Boix (1998) defende que diferentes partidos têm diferentes preferências com relação ao gerenciamento do ciclo econômico e que os constrangimentos econômicos podem condicionar o posicionamento dos partidos em determinadas situações.

A orientação ideológica do partido vai definir a política econômica adotada pelo governo durante o período em que estiver à frente do mesmo. Quando no governo, o partido se depara com uma série de desafios tanto no que tange à economia interna quanto no que tange à economia externa. Frente a esse cenário adota uma série de medidas a fim de solucionar tais desafios. A resposta adotada pelo governo está intrinsecamente ligada à orientação ideológica da coalizão governante, a estratégia partidária é fortemente afetada pelas variáveis estruturais e institucionais (Boix, 1998), contudo, apesar de o partido ter certas preferências macroeconômicas, ele é fortemente constrangido pelas configurações institucionais em que opera (Boix 1998: 226).

Assim como Boix, Garrett acredita que a orientação ideológica do partido, assim como os fatores econômicos, influencia as tomadas de decisão. Garret defende que a globalização apresenta um cenário diferente daquele verificado até o final da década de 1970. Nesse novo cenário os partidos de esquerda precisam optar pelo posicionamento que irão adotar. Ao contrário do que defendem muitos pesquisadores, Garret argumenta que a Globalização pode abrir uma janela de possibilidades para a esquerda, que pode fortalecê-la, se ela souber aproveitar as possibilidades e administrar os novos desafios com os quais se depara (Garret, 1998). Não obstante o diagnóstico de Garret, observando o posicionamento dos partidos europeus de esquerda é possível constatar que a maior parte dos governos de esquerda preferiu flexibilizar, adotando uma postura mais próxima do centro e da direita do que firmar uma posição de esquerda *strictu sensu*.

As reformas neoliberais implementadas por países em desenvolvimento ao longo das décadas de 1980 e 1990 também tem sido do foco de diversas análises. No caso brasileiro uma das vertentes concentra-se no processo de reformas que começaram a ser

desenhadas no governo Sarney e se concretizaram a partir do governo Collor de Mello (Urani, Giambiagi e Reis, 2004). As reformas acontecem num contexto de fragilidade financeira - crise da dívida externa e alta inflação – e de constrangimentos externos – os mecanismos internacionais assumem uma postura de cobrar dos países endividados e com problemas nas contas públicas posições austeras para corrigir esse quadro.

Em 1989, ano em que Fernando Collor de Mello (PRN) assumiu a Presidência da República houve em Washington um encontro convocado pelo *Institute for International Economics*, do qual participaram entidades de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte americano. O tema da reunião foi *Latin America Adjustment: How much has happened?* O encontro visava avaliar as reformas econômicas em curso na América Latina. O resultado foi a organização de dez pontos, tidos como consensuais, que seriam um receituário a ser seguido pelos países da América Latina para que alcançassem a estabilidade monetária e financeira, esse conjunto de “recomendações” ficou conhecido como Consenso de Washington¹, ou Ortodoxia Convencional, como prefere Bresser Pereira.

O projeto político-econômico preconizado pelo “Consenso de Washington²” no início dos anos 1990 foi o vencedor da disputa entre “estatismo *versus* capitalismo de mercado” (ainda que tal vitória, como sabido, tivesse prazo de validade). De maneira assombrosa, quase como uma espécie de conversão religiosa, grande parte dos intelectuais, políticos e burocratas advogaram a seu favor, em um amplo consenso que, como conseqüência, diminuiu drasticamente a polarização na região em favor da implementação das reformas de mercado.

Para que o *receituário* neoliberal fosse posto em prática, estes países optaram, em sua maioria, pela hipertrofia do Executivo, provocando o seu insulamento. Isto ocorreu devido aos *super-poderes* concedidos aos presidentes quando da implementação das reformas, expressos no controle da agenda, permitindo a formação de maiorias

¹ Termo cunhado por John Williamson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, que também foi o responsável por organizar os dez pontos.

² Fiori (1995) caracteriza o “Consenso de Washington” como um programa de convergência ou homogeneização das políticas econômicas dos países latino-americanos, desenhado pelas burocracias internacionais e nacionais de Washington, que combina austeridade fiscal e monetária com desregulação dos mercados, liberalização financeira, abertura comercial, privatizações e eliminação de todo tipo de barreiras ou discriminações contra os capitais forâneos.

partidárias e controle do acesso a patronagem, dispondo assim de meios para ameaçar e impor sanções (Figueiredo e Limongi, 1999).

Na verdade, a referida discussão provocou grande controvérsia na literatura. Autores como Pessanha (2002), Amorim Neto (2006), Anastasia, Ranulfo & Santos (2004), Limongi & Figueiredo (1999), entre outros, procuram entender se na verdade a atuação do Executivo seria uma espécie de *usurpação* das funções legislativas do parlamento ou se, ao contrário, trata-se de uma *delegação* do parlamento ao Executivo, para que este último pudesse ter a relativa liberdade de ação necessária à condução de reformas políticas e econômicas sem a necessidade constante de negociação. Outra perspectiva possível para o mesmo fenômeno defende a corrupção de legisladores pelo Executivo, uma vez que, inscritos no contexto de privatizações e abundância de recursos, não teria sido difícil para os presidentes da região lançarem mão de tais iniciativas.

Conseqüentemente, a implementação das reformas neoliberais da região no início dos anos 1990 contou com algum tipo de consenso dos legisladores – e por conseguinte, dos partidos políticos – seja por usurpação, delegação legislativa ou suborno. Sendo assim, é possível afirmar tal período específico assistiu ao arrefecimento da polarização na região.

Há de se fazer a ressalva que tal processo de implementação das reformas não ocorreu de forma semelhante nos países da região e esteve longe de ser unânime. A história recente da América Latina mostra que foi exatamente a dinâmica interna da política de cada um desses países que determinou o aprofundamento ou não do ajuste estrutural. Enquanto em alguns países a oposição não encontrou forças ou mesmo praticamente não existiu em certos momentos (como no caso da Bolívia e Argentina), em outros a ação dos partidos de oposição foi determinante para impedir a implantação mais abrangente das reformas.

No Brasil, o receituário neoliberal foi implementado por Fernando Collor de Mello e seguido por Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato. No primeiro governo, o PSDB se afasta da esquerda e se aproxima da direita ao adotar as políticas neoliberais, o que caracteriza a maior polarização entre o partido e o PT.

De acordo com Sallum Jr, é possível observar a existência de duas correntes dentro do PSDB: a liberal fundamentalista e a desenvolvimentista. No primeiro mandato de FHC houve a primazia da corrente liberal fundamentalista, que era orientada basicamente para a estabilização monetária e comprometida com a promoção

de uma economia de livre mercado. Nesse primeiro momento o governo se concentrou em desmontar o Estado Vargasista a fim de construir uma nova forma de regulamentar o mercado. Esse movimento era caracterizado pela transferência de parte, significativa, das funções empresariais do Estado para a iniciativa privada, expansão das funções reguladoras do Estado e políticas sociais, equilíbrio das finanças públicas e restringir os privilégios dos servidores públicos (Sallum Jr. 2003: 43).

No Brasil, a grave crise fiscal, o estrangulamento externo trazido pela crise da dívida e a crise do Estado enfrentadas a partir dos anos 80 trouxeram para a pauta as discussões acerca do papel do Estado. O Estado desenvolvimentista, tido como “Estado-solução”, passa a ser um problema frente aos desafios a serem enfrentados (Motta, 2000). No final dos anos 1980, a elite econômica brasileira passou a questionar e confrontar o intervencionismo do Estado, começaram a surgir posições que defendiam como resposta a tais problemas a adoção do receituário proposto pelas agências multilaterais e as políticas liberais como: as reformas do aparelho do Estado, Privatizações e os controles fiscais entre outros (Sallum Jr, 2003).

De acordo com Sallum Jr., no contexto das reformas neoliberais houve a reorganização dos partidos brasileiros a partir das novas polarizações, de um lado estavam os partidos que se aproximaram das idéias neoliberais, PRN, PL, PDC, PDS, PFL³ e PSDB e do outro lado os adeptos do nacional-desenvolvimentismo, PMDB, PDT e PT (são os principais representantes dessa corrente) (Sallum Jr, 2003: 41), ou seja, nesse momento esquerda e direita se organizavam em torno dos dois projetos econômicos: neoliberalismo e nacional desenvolvimentismo.

Poole e Rosenthal (1997) apresentam o “realinhamento partidário” como uma mudança fundamental em um ou mais de um dos temas fundamentais do cenário político do país. Caso a mudança ocorrida não tenha sido tão intensa, os autores a descrevem como um “distúrbio, uma perturbação”. Dito isto, resta saber se o que ocorreu na América do Sul no início dos anos 1990, com a mudança de grande parte dos legisladores em direção às políticas neoliberais pode ser definido como um “realinhamento partidário” ou apenas como “um distúrbio, perturbação”.

Segundo os autores, a literatura norte-americana sobre realinhamento político reflete sobre como as mudanças ocorrem primeiro nas massas que apóiam os partidos

³ O candidato à presidência da República, em 1989, pelo PFL Aureliano Chaves procurou manter um discurso nacional-desenvolvimentista em um momento no qual o partido apresentava uma crescente inflexão liberal (Vieira, 2006).

políticos e qual seria o comportamento dos líderes partidários em relação a tais transformações. Assim, as mudanças ocorreriam primordialmente de baixo para cima, ou seja, da população para os partidos políticos. No entanto, se considerarmos a implementação das reformas de mercado nos países da América do Sul dificilmente poderíamos afirmar que o referido processo teria ocorrido de tal maneira, mas ao contrário, proveniente quase que exclusivamente das instâncias superiores para as massas (ainda que grande parte destas nunca tenham aderido a tal projeto). Portanto, uma análise sobre o suposto realinhamento político na região deve necessariamente levar em consideração suas especificidades.

A Trajetória do PT e do PSDB

A discussão sobre a polarização política e o agrupamento dos partidos em torno dos posicionamentos da direita para a esquerda tem sido desenvolvida no Brasil com foco principalmente na atividade parlamentar, embora também existam trabalhos cujo foco é a polarização do eleitorado, como os trabalhos de André Singer - 2000, Kinzo – 2005, Braga Paiva e Pimentel – 2007 e Veiga - 2007. Nesse trabalho buscaremos retomar o debate sobre a polarização parlamentar e analisar o posicionamento dos dois principais partidos da cena política atual, PT e PSDB, sob a influência da conjuntura macroeconômica. A polarização aqui é tomada do lado das elites políticas, não analisamos, nesse trabalho, a polarização do eleitorado.

Partindo da concepção de que o sistema partidário brasileiro está se institucionalizando e que os partidos podem ser classificados como de esquerda, centro e direita, é possível analisar o posicionamento dos partidos buscando avaliar o impacto que constrangimentos externos, de modo especial da conjuntura econômica, podem exercer no posicionamento ideológico dos partidos.

PT e PSDB tem uma origem comum, ambos surgiram como dissidência do antigo MDB. O PT surgiu na primeira fase da reforma (1979) e os fundadores do PSDB permaneceram nos quadros do PMDB até 1988, quando devido a divergências durante os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte uma ala dissidente formou o novo partido.

Quando ainda militavam no MDB, os parlamentares que mais tarde formaram o PT e, posteriormente, o PSDB se posicionavam de maneira muito semelhante frente às questões votadas, ou seja, estavam próximos ideologicamente. Os membros de ambos

partidos se posicionavam à esquerda do espectro ideológico, embora o PT sempre tenha mantido uma posição mais à esquerda enquanto o PSDB se aproximava mais do centro. Observando os estudos sobre posicionamento partidário (Kinzo1993, Zucco e Power, 2009, entre outros) é possível notar que no final da década de 1980 e início dos anos 1990 PT e PSDB se posicionavam à esquerda do centro.

O PSDB manteve sua posição mais à esquerda até o em que entrou na coalizão do governo Itamar Franco, em 1993, assumindo a pasta do Ministério da Fazenda. A mudança do posicionamento do partido foi reafirmada quando ele fez a coalizão eleitoral com PFL e PTB, uma coalizão de centro-direita e se torna mais clara depois que assumiu pela primeira vez a Presidência da República, em 1994. A partir daí o posicionamento do partido se aproxima cada vez mais da direita, até quando sai do governo (2002). Ao assumir o governo federal em 1994 o partido se depara com a pressão dos condicionantes externos e optou pelo cumprimento do receituário das agências internacionais⁴ para reaver a credibilidade do país, controlar a inflação, ajustar as contas públicas.

O PT surgiu no campo da esquerda como um autêntico partido de massa e manteve seu posicionamento de sua fundação até a eleição presidencial de 2002. Quando o PSDB assumiu a presidência da república o PT se estabeleceu como o principal partido da oposição e com um discurso marcadamente de esquerda. Contudo, durante a campanha eleitoral de 2002, ao tornar pública a “Carta ao Povo Brasileiro” o PT demonstrou sua disposição para flexibilizar em relação às questões macroeconômicas.

O governo Lula iniciou com uma grande coalizão de centro esquerda (PT, PDT, PL, PPS, PC do B, PTB, PSB, PV), e a partir de sua primeira eleição o partido passou a assumir uma característica muito mais centrista (Power e Zucco, 2009). Embora tenha mantido o caráter ortodoxo nas políticas econômicas o partido implementou uma série de avanços no que tange à política social e firmou sua posição no centro esquerda.

Um dos elementos mais importantes para determinar a capacidade presidencial de implementar políticas seria a estrutura ideológica do sistema partidário. Quanto mais fragmentado o mesmo, mais difíceis seriam os acordos parlamentares, que se mostrariam mais vulneráveis. Jiménez Badillo (2007) entende a polarização como a

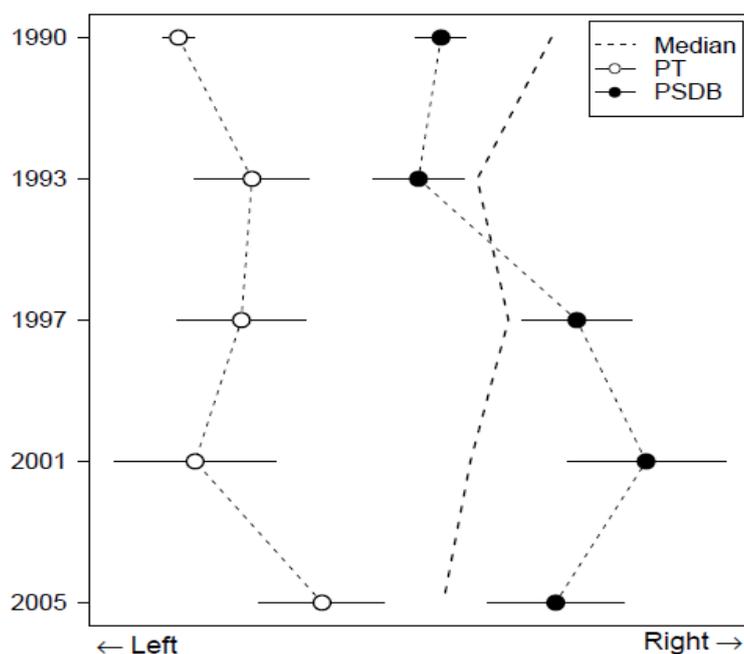
⁴ É importante notar que embora o governo tenha seguido parte considerável do receituário neoliberal (desregulamentação do mercado, abertura da economia, privatização, etc.) no Brasil as medidas adotadas foram menos ortodoxas e impactantes do que em outros países da América Latina, tais como a Argentina e o Chile.

distância ou proximidade percebida pelas elites políticas (em geral, os membros do Parlamento), em termos de quão próximos ou distantes se percebem dos demais partidos, considerando principalmente as plataformas eleitorais e as posições ideológicas dos partidos.

Pensar no posicionamento ideológico dos partidos implica pensar, também, os condicionantes estruturais e institucionais vigentes. As coalizões eleitorais e de governo exercem influência significativa no posicionamento dos partidos, uma vez que à frente do governo o partido deve tentar conciliar as forças envolvidas no processo político e precisa se posicionar frente aos condicionantes externos. Nesse contexto torna-se mais fácil defender uma posição ideológica clara quando se está na oposição.

O argumento é que estando à frente do governo o partido tem sua margem de manobra reduzida, uma vez que para aprovar os projetos e colocar em prática as políticas precisa do apoio da maioria, geralmente, somente a base de sustentação do governo não suficiente, para alcançar o apoio necessário, o governo precisa ceder em alguns pontos para avançar em outros (Silva e Vieira, 2006), e estando sobre pressões externas para ajustes econômicos o governo precisa abrir mão de uma “agenda preferida” para implementar uma “agenda possível” e essa opção, na maioria das vezes, promove o deslocamento do partido no espectro ideológico. Esse argumento pode explicar o deslocamento do PSDB para a direita durante os anos em que esteve à frente do Executivo Federal, assim como o deslocamento do PT da esquerda para o centro após sua eleição para a presidência. O deslocamento desses dois partidos vem sendo analisado por pesquisadores brasileiros e brasilianistas e pode ser observado claramente na figura apresentada por Power e Zucco (2009: 12).

Figura 1



Power e Zucco, 2009: 12. Figura 1: Tendências temporais: Posição do Legislador Mediano e dos Partidos Seleccionados

Nota: A figura mostra o legislador mediano para cada ano em relação as estimativas dos partidos (Pj) para o PT e o PSDB. As linhas horizontais sobre o ponto das estimativas representam um intervalo de confiança de 90%.

Como podemos observar na figura apresentada os dois partidos estão à esquerda do mediano durante o início dos anos 1990. A partir de 1993, quando o PSDB ingressa na coalizão governista inicia-se um processo de polarização entre os dois, o PSDB caminha para centro direita e o PT firma sua posição na esquerda. Esse quadro se altera a partir da eleição de 2002, quando o PT e PSDB fazem movimentos em direção ao centro, firmando-se como duas forças opositoras em torno do centro.

Existem elementos que marcam as diferenças entre PT e PSDB desde a fundação, entre eles pode-se destacar a composição social dos partidos. Contudo, PT e PSDB possuem relevantes pontos em comum, a composição dominante no PSDB resulta da aliança de um setor da alta *intelligentsia* com um importante, mas minoritário, setor do empresariado “A face intelectual – de classe média alta ou alta, segundo o critério – marcou o partido desde o início”. O PT é formado, principalmente, por facções da intelectualidade, professores, de todos os níveis de ensino, e por uma facção de ex-sindicalistas originados das classes trabalhadoras e médias que está presente neste e não está presente naquele (Rodrigues, 2002). Dentre os principais elementos em

comum destacam-se: ambos são paulistas e possuem um grande enraizamento dentro dos setores da intelectualidade.

De acordo com Barboza Filho (1995):

Esta construção intelectual paulista é fundamental para a compreensão da natureza do PT e do perfil do PSDB. Estes dois partidos constituem a grande novidade em nosso sistema partidário precisamente por serem os portadores, competitivos entre si, de premissas soterradas durante décadas pela aliança modernizadora e conservadora dominante. Têm mais em comum do que ambos querem reconhecer. Além deste antagonismo à tradição, o recurso à ética para a denúncia renovada da espessura da política e de seus jogos constitui uma outra característica compartilhada, bem como a mobilização permanente de um “saber” específico, revestido de racionalidade originada nas universidades (Barboza Filho, 1995: 124).

Como foi dito anteriormente, as diferenças no posicionamento dos partidos são menos claras na década de 1980, uma vez que estamos em um momento de acomodações partidárias, e se intensificam na década de 1990 devido ao amadurecimento do sistema e às opções que fizeram frente à configuração econômica, especialmente à adoção de políticas neoliberais.

Conclusão

Nesse paper buscamos trazer algumas reflexões acerca da influencia que as questões macroeconômicas podem exercer no posicionamento ideológico de dois dos principais partidos políticos brasileiros, PT e PSDB.

O PSDB nasceu no campo da esquerda, contudo, foi se afastando dessa posição. O crescimento e consolidação do PT na esquerda e as decisões tomadas pelo PSDB, principalmente a partir do momento em que esteve à frente do executivo federal, levaram-no a se afastar da esquerda e se aproximar da direita. Durante os anos em que esteve na presidência o PSDB promoveu a estabilidade econômica do país e passou a ser defensor de políticas de ajuste neoliberal, mas sem se inclinar totalmente ao neoliberalismo.

O PT nasceu no campo da esquerda se consolidou como maior partido esquerdista brasileiro, até que ao assumir o executivo federal caminhou para o centro do espectro político. Enquanto o PSDB se aproximava da direita o PT firmou sua posição como principal partido opositor e maior partido da esquerda brasileira. Ao deixar o governo em 2002, o PSDB apresentou um discurso mais esquerdista com o objetivo de

se consolidar no centro-esquerda, todavia não logrou garantir posição na esquerda, uma vez que o lugar já estava ocupado pelo PT, que apesar de ter se aproximado do centro após assumir o executivo federal jamais esteve à direita do mediano do Congresso (Power e Zucco, 2009).

Este trabalho é uma abordagem inicial sobre o tema. A idéia era fazer um levantamento bibliográfico sobre o assunto e traçar o panorama histórico. Essa é uma agenda de pesquisa que terá continuidade, posteriormente por meio serão analisadas as votações nominais dos partidos escolhidos em temas chaves, ainda a serem escolhidos. No passo seguinte da pesquisa, cruzaremos esses dados com os resultados encontrados por Zucco e adicionaremos uma nova variável, coalizões

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de(1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 1, pp.5-35.

AMORIM Neto, Octávio e SANTOS, Fabiano (2002). “A produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação”. In *A Democracia e os Três poderes no Brasil*. VIANNA, Luiz Werneck, org. Belo Horizonte: Editora da UFMG e Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ.

ANASTASIA, F.; RANULFO, C. & SANTOS, F. *Governabilidade e representação política na América do Sul*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer/Fundação. Unesp. 2004.

BARBOZA Filho, Ruben (1995). “FHC: os paulistas no poder”. In AMARAL, Roberto (org). *FHC: Os paulistas no poder*. Niterói: Casa Jorge Editorial.

BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli (2007). *A difícil Rota do Desenvolvimento: Empresários e a Agenda pós neoliberal*. Belo Horizonte: Editora da UFMG e Rio de Janeiro: IUPERJ.

BOIX, Carles (1998). *Political Parties, growth and equality: conservative and social democratic strategies in the world economy*. New York: Cambridge.

BRESSER-PEREIRA, Antonio Carlos (2004). “O paradoxo da esquerda no Brasil”. In *Novos Estudos CEBRAP*, número 74.

(2007). “Novo Desenvolvimentismo e ortodoxia convencional”. In DINIZ, Eli (org). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemmas do Brasil no Novo Milênio*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

CLINTON, Joshua D., JACKMAN, Simon and RIVERS Doug. 2004. "The Statistical Analysis of Roll Call Voting: A Unified Approach." *In American Political Science Review* 98(2): 355-70.

EVANS, Peter B (1998). *Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional Comparativa*. In *Revista de Economia Contemporânea*, nº 4, Jul-Dez.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando (2001). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV.

FIORI, José Luís. A Governabilidade Democrática na Nova Ordem Econômica. *Novos estudos CEBRAP*. nº 43, novembro. 1995.

FIORINA, Morris and ABRAMS, Samuel (2008). "Political Polarization in the American Public" *Annual Review of Political Science*. 11: 563-588.

GARRET, Geoggrey (1998). *Partisan politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge Press.

HIBBS, D. A. (2006). Voting and the macroeconomy. In D. Wittman & B. Weingast (Eds.), *The Oxford handbook of political economy* (pp. 565–586). Oxford: Oxford University Press.

KINZO, Maria D'Alva G. (1993). *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer.

KINZO, Maria D'Alva G. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Volume 20, nº57, fevereiro de 2005. PP 66-205.

JÍMENEZ BADILLO, M. Governando sin mayorías parlamentarias em América Latina *OPINIÃO PÚBLICA, Campinas*, vol. 13, nº 1, Junho, 2007, p.148-184

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel (1989). *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola.

LAYMAN, Geoffrey C., CARSEY, Thomas M. and HOROWITZ, Juliana Menasce (2006). "Party Polarization in American Politics: Characteristics, Causes and consequences" *Annual Review of Political Science*. 9:83-110.

LIMA Jr. Olavo Brasil de (1997). *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

_____ (1991). *O sistema eleitoral brasileiro : teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.

_____ (1993). *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. SP : Loyola.

MAINWARING, Scott P. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias: O caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV.

MSCARTY, Nolan, POOLE, Keith T. and ROSENTHAL, Howard (2006). *Polarized America: The dance of ideology and Unequal Riches*. Massachusetts: Cambridge, England: London.

MOTTA, Helena (2000). *Crise e Reforma do Estado Brasileiro*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

NICOLAU, Jairo Marconi (1996). *Multipartidarismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

PAIVA, Denise, BRAGA, Maria do Socorro e PIMENTEL Jr, Jairo Tadeu Pires (2007). Eleitorado e partidos políticos no Brasil. In *OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, p.388-408*

POOLE, Keith (2005). *Spatial Models of Parliamentary Voting*. New York: Cambridge University Press.

POOLE, Keith & ROSENTHAL, Howard (1997). *A Political-Economic history of Roll Call Voting*. New York: Oxford University Press.

POWER, Timothy e ZUCCO Cesar (2009). “Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005”. In *Latin American Research Review*, 44(1): 218–246.

RODRIGUES, Leôncio Martins (2002). *Partidos, Ideologia e Composição Social: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SALLUM Jr, Brasílio (2003). “Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX”. In *Dados*, vol 18, nº 52. p 35-55.